

**A. I. Nº** - 281906.0077/08-8  
**AUTUADO** - PÉ DA MODA CALÇADOS LTDA.  
**AUTUANTE** - LUIZ GONZAGA MELLO DE ALMEIDA  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/ METRO  
**INTERNET** - 07. 05. 2009

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0093-01/09**

**EMENTA:** ICMS. EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). FALTA DE INFORMAÇÃO À SEFAZ/BA DO PROGRAMA APLICATIVO UTILIZADO PARA ENVIO DE COMANDOS AO SOFTWARE BÁSICO DO ECF. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. MULTA. Restou comprovado que o contribuinte não cumpriu a obrigação acessória de informar à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 06/10/2008, imputa ao autuado o cometimento de infração a legislação do ICMS, por não ter informado à Secretaria da Fazenda o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico de equipamento de controle fiscal, aplicada a penalidade por cada equipamento, sendo imposta multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 1.380,00. Consta na “Descrição dos Fatos” do Auto de Infração que o contribuinte não informou à SEFAZ, mesmo após intimado, o aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do ECF, conforme determina a Portaria nº 53/2005.

O autuado apresentou peça impugnatória ao lançamento de ofício (fl. 16), afirmando que em 08/09/2008 recebera intimação para informação do aplicativo utilizado, com o prazo de 10(dez) dias para atendimento, o que foi feito no dia 10/09/2008, portanto, dentro do prazo estabelecido na intimação.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 21, na qual contesta a alegação defensiva, afirmando que realizou consulta no sistema ECF em 06/10/2008(fl.5), não constando qualquer aplicativo informado pelo autuado.

Conclui mantendo a autuação.

**VOTO**

Versa o Auto de Infração em lide sobre descumprimento de obrigação acessória, por não ter o autuado informado tempestivamente o programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico de equipamento de controle fiscal.

A obrigação do contribuinte de informar a SEFAZ/BA o programa aplicativo acima referido está prevista no artigo 824-D, mais seus incisos e parágrafos, todos do Regulamento do ICMS/BA-RICMS/BA, conforme abaixo reproduzido:

*“Art. 824-D. O programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao Software Básico do ECF deverá estar previamente cadastrado na SEFAZ e atender aos seguintes critérios:*

*I - comandar a impressão, no ECF, do registro referente à mercadoria ou à prestação de serviço concomitantemente com o comando enviado para indicação no dispositivo utilizado para*

*visualização por parte do operador do ECF ou consumidor adquirente da mercadoria ou usuário do serviço;*

*II - não possuir função que faculte ao operador a não emissão do documento fiscal relativo aos registros realizados.*

*§ 1º O interessado em cadastrar programa aplicativo para uso com ECF deverá dirigir requerimento à Gerência de Automação Fiscal da Diretoria de Planejamento da Fiscalização juntamente com:*

*I - cópia do programa aplicativo gravado em meio ótico não regravável;*

*II - instruções de operação para usuário, impressa em papel e gravadas em meio ótico não regravável.*

*§ 2º Ato do Secretário da Fazenda estabelecerá requisitos para análise e cadastramento do programa aplicativo.*

*§ 3º O contribuinte deverá informar à SEFAZ o programa aplicativo utilizado para comandar o ECF, sempre que solicitar habilitação de uso, devendo, na hipótese de alteração do programa aplicativo, informar o novo programa utilizado.*

A Portaria nº 53/2006, também estabelece nos seus artigos 22 e 23 que:

*“Art. 22. O Programa Aplicativo em uso pelo contribuinte do ICMS que não for cadastrado na Secretaria da Fazenda até 31 de dezembro de 2005 não poderá ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2006.*

*Art. 23. Os contribuintes do ICMS, usuários de programas aplicativos de que trata esta Portaria, deverão comunicar ao fisco, até 30 de junho de 2006, o nome e a versão do aplicativo que está utilizando.”*

A leitura dos dispositivos normativos acima transcritos permite concluir que o autuado estava obrigado a informar à SEFAZ o programa aplicativo utilizado para comandar o ECF.

Ocorre que, como assim não procedeu, teve ainda a oportunidade de cumprir a obrigação acessória acima referida, pois fora regularmente intimado em 08/09/2008, sendo-lhe concedido o prazo de 10(dez) dias para prestar a informação, o que não foi feito, haja vista não constar qualquer registro no sistema ECF.

Assim sendo, considero totalmente subsistente autuação.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281906.0077/08-8**, lavrado contra **PÉ DA MODA CALÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor **R\$1.380,00**, prevista no artigo 42, inciso XIII-A, “e”, item 1.3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios na forma da Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de abril de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR